



COMO A AMSTERDÃ BRASILEIRA DEU LUGAR A UMA PARIS TROPICAL: AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NA CIDADE DO RECIFE E SEU ESPÓLIO PATRIMONIAL CONTEMPORÂNEO

Sandro Vasconcelos*
Museu de Cidade do Recife – MCR
sanohman@yahoo.com.br

Oswaldo Girão**
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
osgirao@gmail.com

RESUMO: As cidades apresentam uma característica mutante, ora gerando movimentos transformadores de sua paisagem e costumes de seus habitantes, ora incorporando influências externas e adaptando-as a sua realidade. Nosso trabalho visa mostrar como ao longo de quase cinco séculos a cidade do Recife foi palco de várias modificações estruturais, as etapas dessas transformações impulsionadas por um desejo de modernização e o que atualmente forma o conjunto patrimonial urbano chamando atenção para a preservação desses sítios históricos.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades – Modernização – Patrimônio – Recife

* Historiador, Mestre em História Social da Cultura pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. É responsável pelo setor de Pesquisa e Iconografia do Núcleo José Antônio Gonsalves de Mello do Museu da Cidade do Recife (MCR). Docente convidado na Fundação de Ensino Superior de Olinda – FUNESO onde leciona a disciplina de Metodologia da Pesquisa nos Cursos de Pós-Graduação em Ciências Políticas, História da África e Ensino de História, também é docente convidado na Faculdade Frasinetti do Recife – FAFIRE onde leciona a disciplina Tecnologia da Informação e Cultura.

** Geógrafo, Doutor em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) desde 2004, onde atua nos cursos de graduação em História e Pedagogia, e nos Programas de Pós-Graduação em História (UFRPE) como Professor Permanente, e de Geografia, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como Professor Colaborador. Participa, como pesquisador, dos Grupos de Pesquisa de História Ambiental e Arqueologia (UFRPE), e Geomorfologia do Quaternário do Nordeste (UFPE).

HOW A BRAZILIAN AMSTERDAM GAVE PLACE TO A TROPICAL PARIS: THE STRUCTURAL CHANGES IN CITY OF RECIFE AND ITS CONTEMPORARY HERITAGE BOOTY

ABSTRACT: The cities have a mutant trait, sometimes generating transformative movements of your landscape and customs of its inhabitants, now incorporating outside influences and adapting them to their reality. Our work aims to show how over almost five centuries the city of Recife was the scene of several structural modifications, the steps these transformations driven by a desire to modernize and that currently forms the urban set patrimonial calling attention to the preservation of these historic sites.

KEYWORDS: Cities – Modernization – Patrimony – Recife

O passado é interessante não somente pela beleza que dele souberam extrair os artistas para quem constituía o presente, mas igualmente como o passado, por seu valor histórico. O mesmo ocorre com o presente. O prazer que obtemos com a representação do presente deve-se não apenas à beleza de que ele pode estar revestido, mas também à sua qualidade essencial de presente.

TEIXEIRA, Coelho. **A modernidade de Baudelaire**¹

O Recife, do final do século XIX. A cidade estendida em pitorescos arrabaldes, afrancesada, orgulhosa de prédios monumentais e do seu casario assobradado, inicia um desenvolvimento sem precedentes. A abolição da escravidão, a República, um surto de pequenas indústrias, dão-lhe certo ar de modernidade bem diferente da feição bucólica que deslumbrou estrangeiros que a visitaram décadas atrás.

ARAÚJO, Roberto A. **Dantas de Saturnino de Brito e o saneamento do Recife**²

¹ TEIXEIRA, Coelho. **A modernidade de Baudelaire**. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 160.

² ARAÚJO, Roberto A. Dantas de. **Saturnino de Brito e o saneamento do Recife: o planejamento da cidade tropical do pobre**. 1992. Dissertação (Mestrado) –Faculdade de Arquitetura, UFPE, Recife, 1992.

Na apresentação do livro *Olhares sobre a cidade*,³ Robert Moses Pechman, seu organizador, afirma que as cidades têm segredos e seus espaços escondem realidades diversas, repletas de personagens, ações e histórias. Enganadoramente aparentes e verdadeiramente opacas, elas não se deixam conhecer ao primeiro olhar. É preciso estabelecer uma intimidade permissiva, que possibilite a cuidadosa confecção de chaves de acesso às portas de seu passado, oferecendo, num recato quase mudo, os fragmentos necessários para desvendar o tempo que passou.

No que se refere ao Recife, não seria diferente, dentro da edificação de seu corpo urbano, podemos encontrar várias histórias que compõem a história da cidade, o seu patrimônio histórico material remanescente, embora resumido, ainda é capaz de contar sobre a expansão, transformações e mesmo abandono pelos quais seus espaços e edificações passaram ao longo de quatro séculos e meio de existência.

Principiando de seu porto e espaiando-se pelas circunvizinhanças, (re)organizada diversas vezes, a cidade se apresenta como um universo de múltiplos estilos arquitetônicos e urbanísticos, habitualmente oferecendo-se aos olhos dos transeuntes com uma paisagem cheia de igrejas, ruas estreitas, avenidas amplas, moderna e antiga, decadente e resplandecente. Uma cartografia ilusória e cheia de contrastes. Entretanto, para conhecê-la melhor, se faz necessário aguçar os sentidos, percebê-la na diversidade de seus espaços escondidos, nas formas, funções, sabores, sons e dos inevitáveis cheiros e odores. Esse tom de recato cidadão foi comparado por Gilberto Freyre ao de uma mulher pudica que se despe lentamente⁴. Pode-se comparar o ato de conhecer a cidade a uma caça ao tesouro, propiciando o encontro de agradáveis surpresas escondidas.

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E DE TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS

O povoado que veio a se chamar Recife (Figura 01) teve sua origem nos idos do século XVI quando seu porto natural foi escolhido pelos portugueses – devido à

³ PECHMAN, Robert Moses. (Org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 03.

⁴ Cf. FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968, p. 03-05.

proteção oferecida pelos arrecifes – como local para armazenamento e embarque do açúcar produzido pela capitania pernambucana com destino ao mercado europeu.



Figura 01: Recife (1630) - T' Recife de Pernambuco.
Autor: não identificado. **Fonte:** Livro de Johannes de Laet.

Foi a partir da ocupação da restinga na foz do rio Capibaribe, em frente ao ancoradouro de variadas denominações (Porto dos Arrecifes, Porto dos Navios ou ainda Ribeira Marinha dos Arrecifes), que possui profundidade para a entrada de embarcações de maior calado que o do Varadouro, na vila de Olinda, que se originou o núcleo primitivo do Recife, composto basicamente por armazéns de açúcar, além tavernas e prostíbulos.⁵

Além de uma restinga, um conjunto de estreitas ilhas e camboas, resultantes de deposição advindas dos rios e correntes marítimas, assim como de aterros de manguezais, expandiram a área de ocupação. Até meados do século XVI, os primeiros habitantes restringiam-se a uma pequena povoação com cerca de 200 moradores, composta basicamente por trabalhadores portuários, marinheiros, soldados, carregadores, pescadores, pequenos comerciantes e prostitutas, que habitavam moradias singelas de palha na extremidade sul da península.⁶

Em fins da terceira década do século XVII (1630), Pernambuco foi alvo de uma “invasão”, desta vez flamenga, interessada na produção açucareira pernambucana.

⁵ Sobre a origem da cidade do Recife ver: ANDRADE, Manuel Correia de. **O processo de ocupação do espaço pernambucano**. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – CONDEPE, 1976; e VASCONCELOS, Ronald F. Albuquerque; BEZERRA, Onilda Gomes. **Atlas Ambiental do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2000.

⁶ Sobre esse assunto: **JORNAL DO COMMERCIO**, Pernambuco Imortal. Recife: Jornal do Commercio. nº 1. 14 p. 1995. Encarte.

Com a ocupação holandesa, ocorrida no período de 1630 a 1654, os invasores preferiram se estabelecer na planície do Recife, uma vez que o sítio de Olinda não favorecia aos seus interesses militares e comerciais, assim como pela semelhança do sítio do Recife com as terras baixas da Holanda. Com a chegada dos holandeses, o estreito aglomerado populacional fixado no porto expande-se gradativamente, passando para a ilha onde será edificada a Cidade Maurícia (atuais bairros de Santo Antonio e São José), que passa a ser a ocupada por soldados, colonos, habitantes de Olinda, que em sua grande parte migraram para o Recife após o incêndio perpetrado pelos flamengos em 1631, bem como por imigrantes judeus.⁷

Esse período foi marcado pela primeira reforma urbana e, por que não dizer, cultural. Com a administração sob o comando de Maurício de Nassau, a *urbe* recebeu adaptações tanto no povoado portuário, como – para atender a crescente ocupação – em terras circunvizinhas (futuras freguesias de Santo Antonio e São José), o núcleo urbano passou a assumir um traçado europeu, com arruamentos, canais, pontes, calçamento, e algumas fortificações, uma tentativa de criar um ambiente que reproduzisse as facilidades europeias, proporcionando uma feição mais cosmopolita às terras recifenses (Figura 02).

A ocupação holandesa ao longo de 24 anos foi um fator decisivo para o crescimento urbano e a urbanização da parte central do Recife que, de pequena povoação, converteu-se em um centro político, administrativo e comercial. A construção de fortes, casarios e mesmo igrejas católicas, assim como a prática da intervenção planejada do Conde Maurício de Nassau, que governou de 1637 a 1644, rendeu ao Recife a edificação de uma civilização tipicamente europeia, onde eram falados diversos idiomas como o belga, o francês da corte e latim, com uma forte identidade burguesa e de expansionismo urbano.⁸

Com aumento das atividades comerciais, muitos europeus se interessaram pela vida em terras pernambucana, inclusive os judeus originários da Península Ibérica, fugitivos da perseguição religiosa encabeçada pelo Santo Ofício.

⁷ BITOUN, Jan, MIRANDA, Livia; SOUZA, Maria Ângela de Almeida. Apontamentos sobre a formação da aglomeração metropolitana do Recife. **Revista de Geografia**, Recife: UFPE/DCG-NAPA, v. 20, n. 1, p. 68-78, jan/jul 2003.

⁸ Cf. BAIRRO do Recife só tinha 40 imóveis no século 17. **Jornal do Commercio**, Recife, 10 nov. Cidade, p. B-4, 1999.



Figura 02: Recife (1644) - Caert vande haven van Phanambocqve met De Stadt Mouritius en dorp Recife. **Autor:** Johannes Vingboons do original de Cornelis Goliath. **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

Ainda nos seiscentos, os portugueses retomaram a liderança completa do Estado do Brasil e aproveitam as modificações urbanas encontradas por aqui e adaptaram-nas às suas necessidades. Com a elevação do Recife a categoria de vila entre 1709/1710, a população retoma seu crescimento, seja com a chegada de mais portugueses, outros europeus, novas levas de escravos africanos ou de pessoas oriundas de outras regiões brasileiras. Com isso o espaço físico urbano dilatou-se sem planejamento, começando a proliferar diversos problemas estruturais, pois faltavam casas, comida e espaço, sobravam fome, miséria e doenças. Lentamente a população que antes vivia sob os desígnios de um modo de vida flamenga, imergiu na vivência barroca responsável pela determinação, dentre outras coisas, da ordenação espacial e de caráter de monumentalidade de alguns espaços e aspectos na arquitetura religiosa.

Para os estudiosos da história da arte, a adoção do estilo barroco, sobretudo em Pernambuco, simbolizava a liberação da norma e rigidez decretada pela dualidade forma e matéria, ideal e prática. A arquitetura barroca personificou as atitudes do fazer e pensar, criando assim uma prática que foi adaptada à nossa realidade, assumindo uma conotação singular.

Robert Smith chama a atenção para o fato de que nesse período o modo de se pensar a cidade era proveniente de uma dualidade usual na arquitetura lusitana onde se misturavam elementos do estilo barroco das igrejas rurais das províncias portuguesas e

da arquitetura oficial da Corte de Lisboa.⁹ A religiosidade cristã era um traço dominante e evidente nos aspectos materiais e de organização espacial, Virgínia Pontual nos mostra isso quando afirma que “[...] vê se que as casas eram baixas, pois estão abaixo dos frontões das igrejas, provavelmente elas não alcançavam mais de quatro chãos”.¹⁰ A civilização colonial portuguesa seguia à risca os modos vivenciados na metrópole portuguesa (Figura 03).



Figura 03: Recife (1759) - Planta e plano de Villa de Santo Antonio do Recife – Pernambuco. **Autor:** Padre José Caetano. **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

A transição do século XVIII para o século XIX foi marcada pela produção e comércio do algodão pernambucano, aliado à uma alta no consumo do açúcar brasileiro na Europa, devido a problemas com a produção antilhana. Esses fatores foram responsáveis por uma retomada no desenvolvimento comercial pernambucano. Associemos à isso abertura dos Portos, em 1808, e conseqüentemente, uma elevação no preço dos produtos exportados, como os contatos comerciais passaram a ser feitos diretamente com os países europeus, sobretudo com a Inglaterra, o crescimento e modernização se faziam a olhos vistos, tanto que em 1823, a vila do Recife ascendeu a categoria de cidade.

Percebendo as mudanças ocorridas em Paris e em Londres – locais considerados berços da civilização ocidental moderna - através das notícias e ideias que aqui se espriavam, a incipiente classe intelectual e dominante começou a se mobilizar em busca de um processo que levasse o Recife a uma modernização nos moldes

⁹ Cf. SMITH, Robert. **Igrejas, casas e móveis:** aspectos da vida e da história. Recife: MEC/UFPE/IPHAN, 1979.

¹⁰ PONTUAL, Virgínia. Experiências urbanísticas e representações de cidade: o Recife civilizado. In: CARNEIRO, Ana Rita Sá; PONTUAL, Virgínia. (Org.). **História e paisagem:** ensaios urbanísticos do Recife e São Luís. Recife: Bagaço, 2005, p. 31.

européus. No que se refere ao nível urbano, as primeiras décadas do século XIX podem ser apontadas como o período em que o poder público foi gradualmente assumindo mais e novas atribuições em relação aos espaços públicos e a normatização de uso do solo urbano, atendendo aos anseios da classe dominante e sem se preocupar com os interesses contraditórios ou com os outros setores da sociedade.

Os primeiros contatos com novas experiências urbanísticas europeias foram feitos através das missões francesas de 1819 e 1842, responsáveis por estudos de engenharia hidráulica e melhoramentos do porto. Sobre esse assunto nos conta Ângela Maria Maranhão Barreto:

Foi nesse ambiente que, Francisco do Rego Barros (*futuro Conde da Boa Vista*) governador da Província de 1837 a 1844, recém-chegado da França, implantou um conjunto de medidas que modificariam o aspecto da cidade, com grandes melhoramentos: aberturas de ruas conquistadas dos mangues, construção de estradas para o interior, a edificação das pontes da Madalena, Afogados, Jaboatão e da Caxangá, a primeira ponte pênsil do país [...] e a reforma das pontes de Recife e Boa Vista.¹¹ [Destaque nosso]

Nessas referidas missões, além dos engenheiros, outros profissionais também vieram, trazendo modos franceses de pensar e (re)organizar a cidade para que ela assumisse uma configuração moderna. A arquitetura neoclássica foi amplamente utilizada a partir de então, como podemos observar ainda hoje em construções como o Teatro Santa Isabel (figura 04), o prédio do Ginásio Pernambucano e o casario da Rua da Aurora (figura 05), rompendo com a prevalescência das concepções luso-brasileiras.



Figura 04: Teatro de Santa Isabel e o Palácio do Governo (1875).
Autor: Luis Schlappriz - **Acervo:** pessoal.

¹¹ BARRETO, Ângela Maria Maranhão. **O Recife através do tempo:** formação de sua paisagem. – Recife: FUNDARPE, 1994, p. 46.



Figura 05: Prédios da Assembleia Legislativa e Ginásio Pernambucano (1880).
Autor: não identificado. **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

O novo e moderno Recife teve seus primeiros esboços através dos trabalhos do engenheiro Louis Léger Vauthier que durante a década de 1840, ao ser nomeado para a Repartição das Obras Públicas, fez amplos estudos sobre a mobilidade e salubridade que deveriam ser implantadas na cidade, realizou também planejamentos a respeito do fornecimento de água potável para o abastecimento urbano, obras de aterros de mangues e alagados, tanto para ampliação espacial da cidade como para prevenção de possíveis doenças, projetos para pontes, estradas e prédios públicos.

Em portaria datada de 20 de julho de 1839, o Presidente da Província Francisco do Rego Barros determinava, segundo sugestão do engenheiro chefe encarregado das obras públicas, a disposição numérica das ruas, a guisa parisiense:

Todas as casas de cada rua, travessa, beco, etc. da Cidade serão numeradas, principiando supra do Norte para o Sul e do Leste para o Oeste, do lado direito com os números pares, e do esquerdo com os ímpares, de modo que fiquem os números na ordem seguinte, 1, 3, 5, 7, 9, etc. 2, 4, 6, 8, 10, assim por diante.¹²

Toda essa atmosfera moderna importada da Europa e respirada pelos ricos se contrapunha ao fato de que como estamos nos referindo ao século XIX, lembremos que Pernambuco ainda tinha sua economia movida por braços escravos – o que representava uma verdadeira contradição às ideias de evolução social com relação à incoerência

¹² REGO BARROS, Francisco do. **Portaria decretando a numeração e sinalização dos logradouros públicos**. Recife, 20 de julho de 1839. Coleção Portarias, vol. 01, p. 100-101.

moderna desse período, o qual Gilberto Freyre atribuiu o termo “reeuropeização”.¹³ Dessa vez a invasão que se fazia era a cultural, franceses e ingleses, que ditavam os costumes e as formas de se ordenar a cidade (Figuras 06, 07 e 08).



Figura 06: Panorâmica do Recife (1856). –Freguesia de São José.

Autor: Frederick Haggerdorn. **Acervo:** Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE).



Figura 07: Panorâmica do Recife (1856). – Freguesia de Santo Antonio.

Autor: Frederick Haggerdorn. **Acervo:** Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE).

¹³ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos:** decadência do patriarcal rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004, p.151



Figura 08: Panorâmica do Recife (1856). – Freguesia de São Pedro Gonçalves (ao fundo).
Autor: Frederick Haggerdorn. **Acervo:** Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE).

Duas obras podem ser destacadas como marcos da modernização que se difundiu pela capital pernambucana nos oitocentos: o Teatro Santa Isabel com suas linhas neoclássicas e o Mercado de São José com sua estrutura de ferro importada da Europa, tendo esse último o seu traçado original modificado por Vauthier para que assumisse aspectos mais modernos e funcionais. Ambas as formas passaram a representar o Recife moderno, contrapondo-se às construções barrocas dos setecentos. Contudo, essas edificações juntamente com outras que se espalharam pela cidade não reverteram à configuração urbana barroca. Como exemplo disso podemos ainda hoje observar o Pátio de Santa Cruz que mesmo cercado por sobrados neoclássicos, apresenta uma disposição organizacional tipicamente barroca.

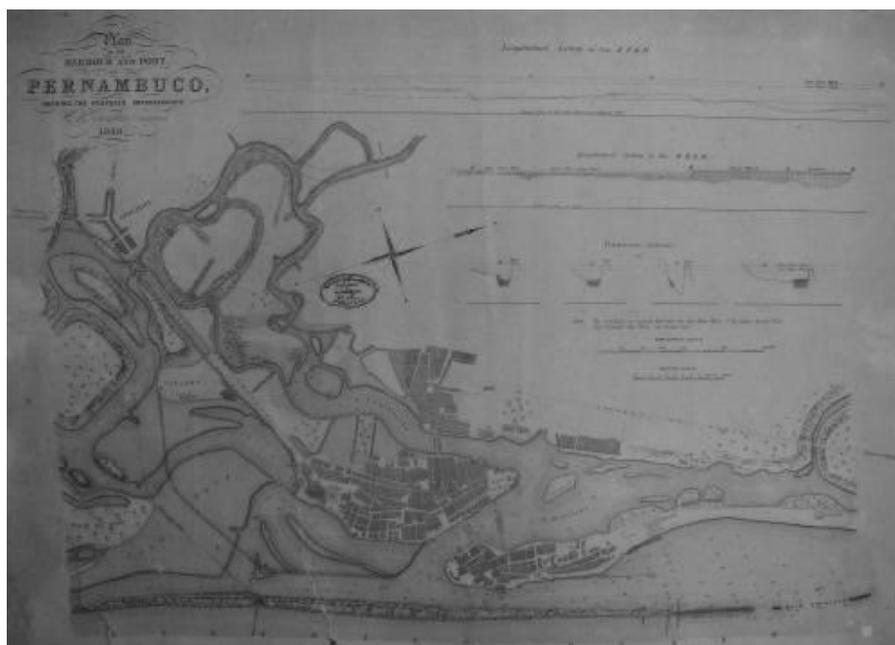


Figura 09: Map of harbour and port of Pernambuco (Recife -1858).
Autor: W. M. Peninston - **Acervo:** Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE).

Dentro desse entusiasmo pelo moderno que tomou vulto no Recife durante os oitocentos podemos perceber que o “progresso” deveria quebrar com quaisquer elos remanescentes que lembrasse o passado de dominação portuguesa, visto como atrasado. Dessa forma, muitas casas e prédios ou mesmo espaços como o aglomerado de lojas que rodeavam a atual Praça do Diário, vão sucumbir diante dos projetos de modernização citadino, o Recife agora passou a ser uma réplica parisiense. As quatro freguesias centrais que formavam a cidade – a de Frei Pedro Gonçalves (atual bairro do Recife Antigo), Santo Antônio, São José e Boa Vista – viu ao longo dos anos ações constantes de remodelação de seu traçado urbano, restando como patrimônio histórico recifense de anos mais remotos: as igrejas, as fortificações, alguns prédios públicos e as primeiras pontes que ligavam as porções de terra que constituíam a cidade.

Nesse momento o monumento passou a ser visto como o elo entre o presente vivido e o passado (formas de uma paisagem passada), fundindo-se à ideia de documento, ou seja, esse conjunto monumental servia como prova da “verdade” dos fatos históricos ocorridos nessa local.

Segue-se no século posterior outras levas de (re)urbanização, multiplicando-se em diferentes pontos da cidade, as obras do Porto do Recife efetuadas durante a década de 1910, seguiu o urbanismo Haussmanniano, as ruas e becos tortuosos, sufocantes do bairro do Recife, deram lugar a amplas ruas e avenidas radiais.

Todo bairro passa por uma reestruturação (Figuras 10 e 11). Como bem nos lembra Virgínia Pontual “o projeto estético valorizava a utilização de fachadas elaboradas, longas e largas avenidas, grandes lotes das vias principais para que fosse incentivadas a construção de edificações imponentes com altura mínima de 7 metros”¹⁴.

¹⁴ PONTUAL, Virgínia. Experiências urbanísticas e representações de cidade: o Recife civilizado. In: CARNEIRO, Ana Rita Sá; PONTUAL, Virgínia. (Org.). **História e paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e São Luís**. Recife: Bagaço, 2005, p. 34.



Figura 10: Demolição do Bairro do Recife, Igreja do Corpo Santo (meados da década de 1910).
Autor: não identificado. **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.



Figura 11: Demolições no Bairro do Recife (meados da década de 1910).
Autor: não identificado. **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

Era uma tentativa de sintonizar o Recife com o que de mais atual estava sendo praticado nas cidades desenvolvidas europeias. O bairro velho, sujo, de traçado intrincado, dava lugar agora ao que foi chamado na época de Novo Recife – chamado por nós atualmente de Recife Antigo.

Assim a paisagem recifense continuou em constante modificação adquirindo inúmeras faces, assumindo diversas configurações, sendo comparada a cidades como Amsterdã, Antuérpia, Veneza e Paris, numa perseguição constante pela modernidade. Vários “Recifes” foram construídos, modificados, destruídos e reconstruídos. Uma diversidade de mudanças arquitetônicas visou uma melhor urbanidade, quanto a isso Virgínia Pontual pondera:

Se até os oitocentos as experiências diziam respeito a movimentos civilizatórios, partindo da necessidade de domar a natureza estranha e exótica do novo mundo, ocupando seu território, e considerando a incipiente elite intelectual e técnica luso-brasileira; nos novecentos

tratava-se de dotar essa elite de uma racionalidade positivista e instrumental, de apagar as experiências anteriores e disseminar ideias de uma cidade que funcionasse como uma máquina, sem disfunções.¹⁵

A preocupação acerca de nosso legado patrimonial e a sua denominação tomaram corpo no século XX, através do Estado que busca oficializar a cultura numa tentativa de consolidar a ideia de nação. A busca pela identidade nacional, iniciada incipientemente na segunda metade dos oitocentos, tomou corpo, sobretudo, na década de 1920, levando a diversas interpretações sobre o que era a sociedade brasileira.

Foi nesse mesmo período que o patrimônio passou a ser visto como um bem material concreto, ou seja, um prédio, um palacete, um monumento, uma praça, assim como objetos representativos, de valor material e simbólico para a nação. Entretanto, vale salientar que para que tais elementos fossem classificados como tais, seria necessário que possuíssem algum valor excepcional, exemplar ou de beleza, determinados pelas primeiras instituições patrimoniais que tomavam vulto nesse momento. Surge aqui o que foi denominado por Carlos Lemos de *sacralização do objeto*.¹⁶

Movimentos como o Manifesto Regionalista, capitaneado por Gilberto Freyre, foram buscar no passado histórico, os elementos definidores da identidade regional, através de memórias ufanistas, idealizando um passado de lutas e glórias. Tem início o período de exaltação da presença flamenga em Pernambuco, eleito como marco da modernização da cidade, levando a ideia *sensu comum* de que estaríamos melhores desenvolvidos se permanecêssemos sob seu julgo. Toda a complexidade do processo de transição urbano e arquitetônico iniciado no século XVI, e expandido até então, passa a ser posto de lado e passou-se a superestimação do momento no qual fomos colônia da Holanda. A diversificada riqueza monumental recifense ficou resumida a indícios da “presença holandesa”.

É durante a década de 1970 que vão surgir às primeiras ideias referentes à preservação de bens culturais conjunturais dentro dos centros urbanos, nasce então o termo “Patrimônio Ambiental Urbano” assim definido por Carlos A. C. Lemos:

¹⁵ PONTUAL, Virgínia. Experiências urbanísticas e representações de cidade: o Recife civilizado. In: CARNEIRO, Ana Rita Sá; PONTUAL, Virgínia. (Org.). **História e paisagem**: ensaios urbanísticos do Recife e São Luís. Recife: Bagaço, 2005, p. 39.

¹⁶ Cf. LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico?** São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 20.

O núcleo urbano é um bem cultural composto de mil e um artefatos relacionados entre si, que vão desde aqueles de uso individual, passando por outros de utilidades familiar, a começar pelas moradias, até aos demais de interesse do coletivo. Assim, vemos que um conglomerado urbano se resume num local onde se desenrolam concomitantemente infinitas atividades exercidas através de infinitos artefatos dispostos no espaço segundo suas funções ou atribuições.¹⁷

Poucos foram os elementos urbanos oitocentistas remanescentes em nossos dias. Isso ocorreu diante de inúmeras modificações impostas à paisagem urbana, onde cada uma almejava atingir intenções diferentes entre si, ora visando embelezar, ora objetivando uma maior funcionalidade dos espaços, enfim, uma busca que visava promover uma melhora na qualidade de vida, cada uma, em sua concepção, intentava a materialização dos anseios progressistas vigentes, reflexo das mentalidades de cada época, o antigo dava lugar ao novo, os prédios que materializavam a ideia de progresso no século XIX vão sendo abandonados ou destruídos lentamente no século seguinte, e a cidade vai lentamente se fechando para a estética urbana do passado, buscando novos modelos que fossem práticos e adaptados ao novo padrão de vida: rapidez, prática e funcionalidade e a complexidade de outros estilos arquitetônicos, como por exemplo, os detalhes neoclássicos que deram lugar a funcionalidade de novos estilos arquitetônicos, como *art déco*, conforme a pode ser observado na Figura 12.



Figura 12: Avenida Guararapes – Ponte Duarte Coelho (1965).
Autor: não identificado. **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

¹⁷ LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico?** São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 47.

É claro que devemos perceber que a cidade que outrora foi o Recife, não poderia acompanhar os largos passos exigidos pela modernidade sem sofrer nenhuma alteração estrutural. Suas ruas estreitas, seus serviços públicos deficitários, a higiene dos espaços públicos e privados precários, etc. demandam reorganizações urbanísticas. Porém, na busca por uma atualização foram sucedendo-se inúmeras obliterações em conjuntos arquitetônicos inteiros como o Pátio, a Igreja e o Hospital do Paraíso (Figuras 13 e 14), a Igreja dos Martírios e inúmeros outros anônimos que sumiram silenciosamente, sem deixar vestígios.

Mais uma vez utilizamos das observações de Carlos Lemos quando ele nos chama a atenção para o fato: “[...] a cidade se alterou e não guardamos nada dos tempos antigos ali no coração da cidade, a não ser meia dúzia de fotografias. Isso foi muito natural na cidade em processo de metropolização fadada a desmemória”.¹⁸



Figura 13: Igreja do Paraíso – Bairro de Santo Antonio (C.a. década de 1940).
Autor: não identificado. **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

¹⁸ LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico?** São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 21.



Figura 14: Demolição da Igreja do Paraíso – Bairro de Santo Antonio. (C.a. década de 1940)
Autor: não identificado. **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

Mas nem tudo é tão ruim, Erika Audet de Almeida afirma que ainda é possível perceber certo diálogo entre a estrutura urbana remanescente da segunda metade do século XIX com as emergentes no século XX, para isso se faz necessário um olhar mais apurado que pode nos ajudar a recompor a disposição urbana antiga dentro da atual.

Observando a paisagem urbana a partir da localização dos seus pátios, largos e praças, além das suas relações com os rios, o mar, a vegetação, os edifícios e as ruas, desvendaram-se várias paisagens que ainda permanecem em boa parte, apesar das descaracterizações decorrentes de ações urbanísticas de forma fragmentada ao longo do tempo – sobretudo a abertura e o alargamento de vias.¹⁹

Os cenários históricos urbanos apresentam-se através de três situações: a primeira, o traçado urbano acompanhando as construções originais com suas contemporâneas. A segunda, quaisquer cujas construções limítrofes não são mais as originais, devido, principalmente, a sucessivas solicitações de programas renovadores. E por último, as antigas situadas em logradouros públicos alterados devido a intervenções modernas em traçados primitivos.

¹⁹ ALMEIDA, Erika Audet de. Articulação dos espaços públicos na paisagem do Recife através da evolução urbana. In: In: CARNEIRO, Ana Rita Sá; PONTUAL, Virgínia. (Org.). **História e paisagem:** ensaios urbanísticos do Recife e São Luís. Recife: Bagaço, 2005, p. 117

Embora tenha consciente de que o patrimônio histórico e cultural de um povo não reside apenas em seus bens materiais é importante observar que os prédios e os espaços onde foram erigidos são pontos de partida para o estudo da atividade humana, a interpretação dos motivos de construção de determinada rua ou prédio, o contexto que vai além do material se transforma numa notícia a respeito daqueles que viveram ou transitaram por tais locais, segundo Rogério Haesbaert “[...] é nos espaços que estão os signos da permanência e da mudança, e são vividos os ritos da ordem e do caos, da disciplinarização e dos desregramentos”.²⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, alguns dos grandes desafios a serem vencidos atualmente – semelhantes aos que ocorrem em outras cidades no mundo – é a necessidade de uma (re)valorização do patrimônio arquitetônico e cultural, assim como uma reabilitação dos centros históricos, permitindo assim um desenvolvimento sustentável com direitos a políticas e ações de preservação e conservação. Também é de suma importância o incentivo a criação de laços de identidade através da consciência coletiva à preservação e propagação dos seus bens culturais através do conhecimento mútuo entre patrimônio a ser preservado e as pessoas que fazem uso dos mesmos.

Mais uma vez recorrendo às ideias de Carlos Lemos, podemos perceber que o núcleo urbano representa um bem cultural, pois nele existem vários elementos que trazem partículas históricas, nesse ambiente podemos perceber um desenrolar simultâneo de inúmeras atividades exercidas através de uma infinidade de artefatos dispostos segundo as funções ou atribuições interessando à compreensão do que vem a ser Patrimônio Ambiental Urbano.

Pensar nas políticas de preservação e conservação dos bens patrimoniais arquitetônicos hoje é refletir sobre as possíveis relações entre os espaços públicos, logradouros e edificações na decorrência de diversas expectativas culturais que devem ser entendidas como partes de outras junções mais amplas. A preservação do espólio patrimonial oitocentista deve acompanhar as novas políticas patrimoniais onde esteja

²⁰ HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 81

integrada aos marcos identitários reconhecidos e resguardados pela comunidade de seu entorno.

ARTIGO RECEBIDO EM FEVEREIRO DE 2013.

PUBLICADO EM JUNHO DE 2014.



www.revistafenix.pro.br